

ATA DE REUNIÃO
Conselho Estadual das Cidades
Comissão Temática de Habitação do ConCidades

Data: 18/09/2012

Hora: 16:00h

Local: Sala da Diretoria do IDURB

Pauta: Monitoramento das demandas da reunião anterior e apresentação do mapeamento relativo à situação da adesão dos municípios ao SNHIS.

Discussões

1. Após justificar a ausência da Coordenadora Helena Zorzal, por estar em período de férias, a assessora Ana Carolina deu início à reunião retomando os encaminhamentos da reunião anterior.

Informou que a conselheira Latussa recolheu alguns dados sobre o banco de terras do Rio Grande do Sul, mas como não houve uma discussão a respeito não há nada a apresentar.

Em relação à reunião com o subsecretário Régis, por problemas de agenda ainda não foi possível realizá-la, logo, também não há resultados a apresentar.

O mapeamento relativo à situação da adesão dos municípios ao SNHIS foi realizado e será apresentado pela Conselheira Latussa.

2. A conselheira Latussa iniciou a apresentação do mapeamento realizado com base no levantamento feito pela Secretaria Geral.

Em relação aos planos locais de habitação de interesse social (PLHIS), observa-se que a maioria dos municípios ainda não o elaborou. Na região metropolitana a situação é um pouco melhor, pois apenas Cariacica e Viana ainda não possuem PLHIS.

Já quanto à existência de Conselho Gestor (CGHIS) e Fundo (FGHIS), verifica-se que a maior parte dos municípios capixabas já os instituíram.

3. A assessora Ana Carolina lembrou que a existência de Conselho ou Fundo não significa que os mesmos estão em atividade. Durante o levantamento realizado pela Secretaria Geral observou-se que muitos municípios apenas criaram as leis que os instituí, mas não há uma rotina de reuniões e atividades.

4. A conselheira Latussa retomou a apresentação dos mapas salientando a péssima situação do município de Conceição da Barra, do qual não se consegue informação nenhuma, tanto em relação ao plano quanto sobre o conselho/fundo.

Em seguida, apresentou o mapa resultante do cruzamento dessas informações intitulado "situação dos municípios-2012". Nele se destacam aqueles municípios que não possuem nenhum instrumento (Divino de São Lourenço, Muqui, Rio Novo do Sul, Viana, Itarana, Itaguaçu, Pancas, Jaguaré, Barra de São Francisco, Água Doce do Norte e Pinheiros) e aqueles que não forneceram informações (Jerônimo Monteiro, Alfredo Chaves, Brejetuba, Alto Rio Novo, Mantenedópolis, Vila Pavão e Conceição da Barra). Destaque para VIANA que está na região metropolitana e

ainda não dispõe de nenhum instrumento. Esse mapa pode ser entendido como a SITUAÇÃO DE ALERTA, ou seja, o foco prioritário da atuação da Comissão de Habitação e do ConCidades.

5. Maria Clara questionou a informação sobre a existência de fundo no município de Vila Velha, pois ela desconhece esse dado.
6. Mariana comentou que esses mapas refletem a dificuldade dos municípios planejarem suas ações frente à facilidade de criarem leis. Grande parte dos municípios não tem o PLIHS, ou seja, não realizaram o planejamento, mas muitos já instituíram os seus CGHIS e FGHS, criando as respectivas leis. Salientou que compete ao ConCidades auxiliar os municípios a enxergarem a necessidade do planejamento, até mesmo para orientar as ações do Conselho e a aplicação dos recursos do Fundo.
7. Juliana falou que muitas vezes o planejamento é visto apenas como algo que faz transparecer os erros e problemas e por isso é deixado em segundo plano.
8. Latussa voltou à apresentação, com o mapa da situação dos municípios segundo os dados da Caixa/Mcidades. Questionou o fato de alguns municípios estarem classificados em situação regular mesmo sem possuírem o PLIHS.
9. A assessora Ana Carolina informou que, segundo a Caixa, como o prazo para a apresentação do Plano é 31 de dezembro de 2012, até essa data, todos os municípios que mesmo não possuindo o PLHIS já tenham assinado o Termo de Adesão ao SNHIS e encaminhado as leis do Conselho e Fundo estão sendo considerados regulares.
10. Mariana falou que não consegue entender essa lógica, visto que o fato de estar dentro do prazo (31/12/2012) não substitui o fato principal que é a não existência do Plano. Isso é que deveria ser o principal instrumento para classificação quanto à regularidade ou pendência.

Em relação ao mapa, ponderou que se percebe uma concentração / regionalização dos municípios com pendências.

11. Latussa concordou e falou que como se pode verificar, os municípios em vermelho se concentram na região noroeste do Estado, na fronteira com Minas. Em uma visão preliminar pode-se dizer que há uma relação com os municípios mais deprimidos, com menor IDH do Estado.

Nesse sentido, torna-se ainda mais importante a integração com outros programas do Estado, demanda da reunião a ser marcada com o subsecretário Regis.

12. Maria da Silva relatou a sua experiência no município da Serra, no qual o processo para a implementação de um programa habitacional iniciou-se a partir da ação dos movimentos sociais que além de atuarem na reivindicação, participaram ativamente no cadastramento das famílias.
13. Voltando ao mapeamento, Ana Carolina sugeriu um cruzamento da situação de pendência com a existência de contratos de repasse com a Caixa, tendo em vista que pela informação da Caixa, a partir de janeiro, aqueles municípios que não estiverem regulares terão bloqueados o repasse de recursos referentes a programas habitacionais federais.

14. Latussa propôs que o foco de trabalho da Comissão seja atuar no mapa “situação de alerta”, com vistas a mobilizar especialmente os municípios que não possuem nenhum dos três instrumentos.

Salientou que o momento é oportuno, uma vez que com a mudança da administração, o novo gestor pode utilizar do artifício de colocar o ônus na gestão anterior e fazer a diferença atuando sobre essas questões.

Sugeriu a elaboração de um mapa cruzando essa situação em relação aos instrumentos de HIS tanto para os municípios que estão com projetos em análise na Caixa com vistas a obtenção de recursos dentro do PMCMV-2 e aqueles selecionados para a estratégia sub 50 do Programa Nossa Casa.

Por fim, fez também a proposta de se fazer um mapa com a situação de todos os estados brasileiros em relação a esses instrumentos (Termo de Adesão, Plano, Conselho e Fundo).

15. A conselheira Maria da Silva questionou qual encaminhamento foi dado àquela situação das habitações “abandonadas” na Serra.

16. A assessora Ana Carolina esclareceu que foi elaborada uma resolução recomendatória solicitando providências à Prefeitura da Serra, cujo texto foi lido e aprovado na reunião anterior.

17. Concluída a apresentação dos mapas e não havendo nada a acrescentar pelos conselheiros presentes, a reunião foi encerrada.

Encaminhamentos

1. A conselheira Juliana deverá reiterar junto à coordenadora Helena a necessidade de realização da reunião com o subsecretário Regis com o objetivo de conhecer os programas do Governo que possam ter interface com as ações da Comissão de Habitação, tanto para auxiliar na mobilização dos municípios para o cumprimento de duas obrigações frente ao SNHIS quanto em relação à educação e formação/capacitação profissional para alavancar os projetos e obras na área habitacional.
2. A conselheira Juliana deverá encaminhar à conselheira Latussa a lista dos municípios selecionados para a estratégia sub 50 do Programa Nossa Casa.
3. A Secretaria Geral irá solicitar à Caixa a lista dos municípios que estão com projetos em análise, prestes a receber recursos do PMCMV-2 e, em seguida repassará essas informações à conselheira Latussa.
4. Com base nessas informações, a conselheira Latussa irá elaborar o mapeamento cruzando esses dados com o mapa da situação de alerta.

Presentes

Juliana Caran Lima Dias

Membro Suplente

*Instituto de Desenvolvimento Urbano e
Habitação do Estado do Espírito Santo -
IDURB*

Maria Clara da Silva Pereira

Membro Titular

*Movimento Nacional de Luta pela Moradia -
MNLM*

Latussa Laranja Monteiro

Membro Suplente

Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN

Maria da Silva

Membro Suplente

*Movimento Nacional de Luta pela Moradia -
MNLM*

Ana Carolina dos Santos Machado

Assessoria - Secretaria Geral do Conselho
Estadual das Cidades

Mariana Menezes Vieira de Miranda

Assessoria - Secretaria Geral do Conselho
Estadual das Cidades